



Informação n.º 90

01/06/2012

Construção à beira do colapso

Depois de mais de uma década de crise sectorial, a Construção assistiu nos últimos dois anos, por força da conjuntura económica e financeira negativa que entretanto se generalizou, a um violento agravamento da sua situação, que, na falta de respostas adequadas e urgentes, irá provocar de uma só vez o colapso da atividade e do sistema financeiro e a ruína do sistema de segurança social.

Conforme revela a FEPICOP-Federação Portuguesa da Indústria da Construção na sua mais recente **análise de conjuntura**, entre 2010 e 2012, o Setor bateu, em todos os segmentos de produção, os recordes de quebra de que há registo. A procura de Habitação, por exemplo, caiu 50%, o investimento nos edifícios não residenciais protagonizou igual queda e o investimento público reduziu-se 43,5%.

Na sequência destes fatores, os stocks de casas para venda no mercado dispararam, provocando um aumento substancial do crédito malparado na Banca, licenciaram-se menos 1,6 milhões de m2 de espaços destinados a turismo, comércio, escritórios e outros serviços, equivalentes a uma produção de cerca de 400 milhões de euros, e foram lançados menos 1,7 mil milhões de euros em obras públicas.

Ato contínuo, a crise estrutural do tecido empresarial do Setor piorou. No período em análise, o número de insolvências duplicou, afetando 1.440 novas empresas, enquanto o desemprego atingiu mais 110 mil trabalhadores.

Por ter funcionado, durante décadas, como financiador de grande parte das obras realizadas no País, sendo obrigado a garantir para o efeito os meios financeiros necessários junto da Banca, a Construção endividou-se, tendo de lidar, presentemente, com compromissos de cerca de 44 mil milhões de euros.

Mas, ao aumentar desta forma a sua exposição à crise financeira, o Setor tornou-se igualmente uma das suas maiores vítimas. Nos últimos dois anos, a Construção sofreu um corte violento no acesso ao crédito, na ordem dos 2,1 mil milhões de euros, o que coloca problemas acrescidos de tesouraria às empresas, mesmo que ainda economicamente viáveis.

Face ao peso e gravidade dos números apurados e convicta de que o referido colapso pode ser evitado, a FEPICOP sublinha no documento agora divulgado a necessidade premente de “uma nova política e de um programa de emergência”, que, por um lado, promova o investimento e, por outro, contribua para desendividar as empresas de construção.